

COMPARTILHANDO SABERES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DA MONITORIA ESPECÍFICA DE ACOMPANHAMENTO A ESTUDANTE INDÍGENA

Vinicius Gonçalves Mariano ¹

Ellen Bandeira Martins ²

Adir Silveira ³

Marta Iris Camargo Messias Da Silveira ⁴

Diego de Matos Noronha ⁵

Tatiane Motta Da Costa E Silva ⁶

Resumo:

A Universidade Federal do Pampa, é uma Instituição de Ensino Superior Pública Federal Brasileira, fundada em 2008 e estabelecida no estado do Rio Grande do Sul. O campus de Uruguaiana, bem como nos demais campi contam com alunos (as) vindos (as) de diversos lugares do país, representando diferentes, raças, cores, e etnias diferentes entre si. A pluralidade está presente e ocupa os corredores, as salas de aula e os laboratórios. Recebemos os nossos irmãos e irmãs indígenas no campus, o que nos deixou felizes e provocados a estar próximos deles e delas, estão hoje em cinco dos nossos cursos de graduação, entre eles o de Licenciatura em Educação Física. Este é um relato de experiência no que tange a monitoria indígena na instituição.

Palavras-chave: Ações Afirmativas, Educação, Alunos Indígenas.

Modalidade de Participação: Iniciação Científica

COMPARTILHANDO SABERES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DA MONITORIA ESPECÍFICA DE ACOMPANHAMENTO A ESTUDANTE INDÍGENA

¹ Aluno de graduação. viniciusmarianno.unipampa@gmail.com. Autor principal

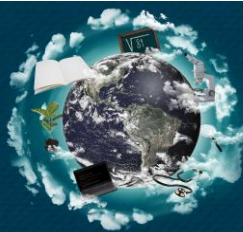
² Aluno de graduação. ellenbandeiramartins@gmail.com. Co-autor

³ Aluno de graduação. adirsilveira1997@gmail.com. Co-autor

⁴ Docente. martasilveira@unipampa.edu.br. Orientador

⁵ Aluno de pós-graduação. noronha.educfisica@gmail.com. Co-orientador

⁶ Aluno de pós-graduação. tatianemottaesilva@gmail.com. Co-orientador



COMPARTILHANDO SABERES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DA MONITORIA ESPECÍFICA DE ACOMPANHAMENTO A ESTUDANTE INDÍGENA

1. INTRODUÇÃO

A Universidade Federal do Pampa, é uma Instituição de Ensino Superior Pública Federal Brasileira, fundada em 2008 e estabelecida no estado do Rio Grande do Sul. O campus de Uruguaiana, bem como nos demais campis contam com alunos (as) vindos (as) de diversos lugares do país, representando diferentes, raças, cores, e etnias diferentes entre si. A pluralidade está presente e ocupa os corredores, as salas de aula e os laboratórios. Recebemos os nossos irmãos e irmãs indígenas no campus, o que nos deixou felizes e provocados a estar próximos deles e delas, estão hoje em cinco dos nossos cursos de graduação, entre eles o de Licenciatura em Educação Física.

São inegáveis as conquistas e os avanços de inclusão social no campo das políticas públicas no Brasil. O Projeto de Lei 180/2008, que cria uma política de ação afirmativa nas instituições federais de ensino superior, foi aprovado e sancionado pela presidenta da República, Dilma Rousseff, em agosto de 2012, na forma da Lei 12.711/2012. No Brasil o debate sobre políticas de ações afirmativas surge nos anos de 1980 a partir do desencadeamento do processo de abertura política e redemocratização da sociedade brasileira suscitando várias reivindicações políticas de diversos setores da sociedade civil organizada sobre seus espaços e direitos (MOEHLECKE, 2002). Porém, somente na década de 1990 as discussões relativas às políticas de ação afirmativa tomaram corpo. Minorias étnicas, raciais e sociais passam a reivindicar direito ao mercado de trabalho, à educação e à saúde diferenciada.

Segundo o Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (Redação dada pela Lei nº 13.409, de 2016).

Considerando o estabelecido na Portaria Normativa nº 39/2007, do MEC- SESU, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, no Decreto nº 7.234/2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, bem como o Programa de Ações Afirmativas da UNIPAMPA através da Resolução nº 84/2014 destina a viabilizar a política de apoio ao estudante indígena provendo meios para sua permanência e sucesso acadêmico.

Estudantes indígenas ingressam todos os anos em instituições públicas federais mas, a permanência e a assistência estudantil não é devidamente voltada para esses (as) estudantes, é necessário reafirmar cada vez mais os direitos da população indígena, fazendo com que a universidade seja sua segunda casa, para que os mesmos possam ter uma formação de qualidade e que possam retornar e

dedicar seu trabalho em forma de ações para as reservas das quais são oriundos (as). Sendo assim, acreditamos que somada a esta possibilidade de ingresso os alunos e alunas indígena precisam ter auxílio no que diz respeito a perceber suas necessidades, seus limites frente a este espaço acadêmico, buscando soluções conjuntas com o NUDE, NEABI, PRAEC e demais parceiros que enxerguem este segmento e lute para que permaneçam e desenvolvam conhecimento científico.

Objetiva-se que com ações práticas e teóricas que vem sendo desenvolvidas através da monitoria, que as atividades possibilitam ao estudante indígena do curso de Licenciatura em Educação Física, compartilhar saberes, trocar experiências e trabalhar sobre a perspectiva da diversidade cultural. Ainda como objetivo da monitoria o estudante precisa sanar dúvidas referente aos conteúdos das disciplinas curriculares, buscando assim a integração entre acadêmico e a universidade para valorização de sua cultura somados ao processo de ensino-aprendizagem seja em sala de aula ou em ambientes externos como no estágio supervisionado.

A maioria dos estudantes precisam se deslocar para muito longe de suas terras a fim de estudar, com ausências prolongadas. Além da saudade e do que chamam “sacrifício de ficar longe dos parentes” (BERGAMASCHI; KURROSCHI, 2013), que faz com que muitos, na primeira viagem de passeio para a sua Terra indígena, não retornem mais à Universidade, alguns dos que permanecem na cidade se afastam da vida da aldeia, tornando-se quase que estranhos ao retornarem. Essa situação é muito delicada, visto que o indígena tem uma vida de costumes e compromissos junto sua aldeia, isso requer compreensão e respeito por parte do corpo docente e da própria instituição uma vez que esse estudante precisa cultivar suas tradições se afastando para atividades na aldeia. Entender este processo é também, entender a cultura e mais que isso é incentivar a cultura e a permanência do mesmo na universidade.

2. METODOLOGIA

A monitoria ao estudante indígena acontece na Universidade Federal do Pampa, na sala do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena NEABI, laboratórios de ensino, biblioteca e ou república *Kaingang* e vão de abril até dezembro de 2017. As aulas de monitoria acontecem quase todos os dias em horário extra classe, totalizando vinte horas semanais de atendimento e suporte ao estudante indígena.

Além dos horários de estudo, são realizadas atividades como reuniões da monitoria e do NEABI a fim de promover discussões sobre temáticas pertinentes à cultura indígena, nessas reuniões ou palestras os (as) indígenas acadêmicos (as) dos cinco cursos puderam, explicar sobre sua cultura, contar suas histórias de vida, suas dificuldades e facilidades quanto ao ingresso e permanência na universidade, e projeções para o futuro em seus respectivos cursos de graduação. O acompanhamento ao estudante indígena não se dá só por meio de ajuda no estudo dos conteúdos mas, também por meio de ajuda no que diz respeito à permanência desse (a) estudante.

De modo geral, os acadêmicos (as) indígenas dos cinco cursos de graduação, participam também de apresentações artísticas e grupos de pesquisa a fim de divulgar sua cultura para a comunidade acadêmica e externa da cidade de Uruguaiana.

3. RESULTADOS e DISCUSSÃO

O trabalho de monitoria ao estudante indígena iniciou-se em abril de 2017 e ainda está em andamento e conforme data prevista em edital terá término em dezembro de 2017. No início da monitoria, podemos perceber que o estudante indígena do curso de Educação Física Licenciatura, apresentou muitas dificuldades de adaptação ao meio universitário, na socialização com seus colegas e corpo docente, na realização de trabalhos individuais ou em grupo, na escrita e na oratória (que se dá por causa da sua língua nativa *Kaingang*) e na permanência desse estudante na universidade. Como resultado dessas dificuldades apresentadas temos a reprovação em disciplinas consideradas difíceis, o que faz com que o aluno tenha medo e acabe por desmotivar do curso e até mesmo pensar em desistir da graduação, em contrapartida a aprovação na maioria das disciplinas faz com que ele não abandone efetivamente a graduação.

O acadêmico indígena do curso de Educação Física Licenciatura junto com os (as) demais acadêmicos (as) indígenas, realizaram durante o primeiro semestre nas reuniões do NEABI e da monitoria, palestras, a fim de mostrar suas culturas, seus costumes, seus motivos pelos quais escolheram o curso e a universidade, os desafios e processos de adaptação ao meio urbano e principalmente ao ensino superior e também os desafios para permanência fora da aldeia. As palestras serviram para nos aproximar, conhecer um pouco da cultura de diferentes povos indígenas e saber de onde eles vem e para onde estão querendo ir.

A integralização entre comunidade acadêmica e acadêmicos indígenas se deu por meio de atividades práticas do NEABI e componente de dança do curso de Educação Física, com os alunos indígenas sendo convidados a representar suas origens através da dança típica junto com os demais acadêmicos que estavam cursando a disciplina, foi um trabalho muito lindo onde, pudemos aprender muito com as danças típicas e a língua *Kaingang*, foram momentos de compartilhamento de saberes.

A monitoria permite a troca de saberes entre monitor e monitorado, e é através das leituras dos textos de estudo das disciplinas e do cotidiano com o indígena que, aprendemos muitos valores de sua cultura e conseqüentemente a recíproca é verdadeira. Como resultado, surgem também melhora gradativa desse estudante indígena no que tange a socialização entre colegas e professores, melhora na apresentação de atividades práticas seja em grupo ou individual, melhora na comunicação verbal e escrita e também a melhora nas notas de algumas disciplinas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da experiência vivida, apontamos que o programa de Monitoria Específica para acompanhamento a Estudante Indígena, na Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, campus Uruguaiana está obtendo sucesso no que diz respeito a inclusão e acompanhamento desses estudantes, zelando não só pela permanência mas também pela qualidade do curso de modo a garantir uma formação satisfatória para esses graduandos. É preciso estimular cada vez mais estudantes de graduação para que possam ajudar os (as) estudantes indígenas seja como bolsista ou como voluntário (a) do programa. Assim cada vez mais pessoas possam estar envolvidos (as) com o compartilhamento de saberes e que juntos e juntas possamos reafirmar a importância das políticas públicas voltadas para a minoria dentro e fora da universidade.

Por fim, com relação a esse programa sugerimos que a intercultura aconteça de maneira que possibilite a vivência efetiva de diferentes culturas levando por exemplo: o graduando não indígena para conhecer uma aldeia e que não fique só o (a) indígena imerso na nossa cultura.

5. REFERÊNCIAS

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; KURROSCHI, Andréia Rosa da Silva. Estudantes Indígenas na UFRGS: movimento que anuncia um diálogo intercultural. In. ROSADO, Rosa Maris; FAGUNDES, Luiz Fernando Caldas. Presença Indígena na Cidade: reflexões, ações e políticas. Hartmann: Porto Alegre, 2013.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de Agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF, 29 de agosto de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências; Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília, 28 de dezembro de 2016; 195º da Independência e 128º da República.